

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.052 - MG (2019/0295880-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : MARILIA DAS GRACAS BERTOLIN DE CARVALHO E OUTRO**  
**ADVOGADOS : CAMILO LELIS FELIPE CURY - MG104122**  
**MARILIA DAS GRACAS BERTOLIN DE CARVALHO - MG144056**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : GILBERTO ADAM MELO OLIVEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GILBERTO ADAM MELO OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.090630-5/000.

O Paciente foi preso em flagrante delito no dia 27/06/2019, convertida a prisão em preventiva, tendo sido denunciado como incurso nos arts. 33, § 1.º, inciso II, da Lei n.º 11.343/2006, 312, *caput*, do Código Penal, e 16 da Lei n.º 10.826/2003, na forma do art. 69 do Código Penal, pelos fatos assim descritos na peça acusatória (72-73):

"[...]

*Consta do incluso inquérito policial que, no dia 27 de junho de 2019, por volta das 13:30 horas na rua Itumirim, 596, centro de Ingaí/MG, GILBERTO ADAM MELO OLIVEIRA, empregado público dos Correios, apropriou-se de bem particular, de quem tinha a posse em razão do cargo.*

*Ainda, nas mesmas circunstância de tempo e lugar, possuía, nas dependências de sua residência, munições de uso proibido ou restrito sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Além do que, semeou e cultivou, sem autorização ou desacordo com determinação legal ou regulamentar, plantas que se constituem em matéria-prima para a preparação de drogas; e trazia consigo uma balança de precisão e um invólucro de maconha e várias sementes.*

*Segundo se notícia, na ocasião, Policiais Militares, de posse de MBA, compareceram na residência do indignado e lograram em apreender, vários (cinco) pés de maconha plantados em vasos, além de substratos, fertilizantes e equipamentos utilizados no cultivo das plantas; uma balança de precisão, um invólucro plástico contendo maconha e várias sementes; 06 cartuchos de munições variadas (02 cartuchos intactos calibre 12,01 cartucho intacto calibre 28, 01 projétil intacto calibre 44W, 01 projétil intacto calibre 45M4) e; diversos cartões de crédito com titularidade variada.*

# Superior Tribunal de Justiça

*Apreendeu-se ainda, a quantia de R\$ 4.337,55 em moeda corrente, diversos documentos e correspondência de terceiros."*

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões recursais, alega-se, em suma: a) que a droga apreendida era para uso próprio, pois o Paciente é usuário de entorpecentes há vários anos; b) as notas e moedas apreendidas são parte de sua coleção; c) ausência de fundamentação idônea do decreto prisional; e d) inexistência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer-se, em liminar, seja deferido ao Paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do *writ*.

No mérito, busca-se a revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Decido.

Na hipótese dos autos, verifico, em juízo prelibatório, a existência de ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida.

O Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante do Paciente em preventiva mediante os fundamentos a seguir transcritos (fls. 51-53):

"[...]

*Noutro giro, no caso dos autos, ainda que em sede de cognição sumária, há fortes indícios de autoria detitiva imputada ao flagrantado Gilberto Adam Melo Oliveira, ao passo que a materialidade delitiva restou incontestada.*

*A partir dos depoimentos dos Policiais Militares, quando da prisão em flagrante, afere-se que o flagrantado Gilberto Adam Melo Oliveira possuía em sua residência quantidade significativa de drogas com fins de tráfico, assim como detinha acessórios e munições de uso permitido e proibido em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência.*

*Assim, por se tratar de crimes de grande repercussão negativa, sendo alvo de grande reprimenda pelos Órgãos de Segurança Pública, há uma séria afronta à ordem pública.*

*Noutro giro, o crime de tráfico de drogas comina pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos, justamente pela gravidade (abstrata) da infração penal. Somado a isso, há o concurso material dos delitos tipificados no art. 12 e 16 do Estatuto do desarmamento que prevêem penas abstratas superiores a 1 (um) e 3 (três) anos, respectivamente.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Sobre a prisão preventiva, dispõe o art. 312 do Código de Processo Penal que tal custódia cautelar 'poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente da autoria'.*

*O Auto de Prisão em Flagrante carreado é suficiente para provar a existência do crime e também traz indícios suficientes de autoria, principalmente por meio dos depoimentos dos Policiais Militares, que no contexto em que se situam, não há razões para desprezá-los.*

*[...]*

*A custódia cautelar do acusado Gilberto Adam Melo Oliveira se faz necessária, portanto, para garantir a ordem pública. O Mandado de Busca e apreensão se fundou em várias denúncias sobre a existência da comercialização e cultivo de drogas na residência do acusado. O Auto de Prisão em Flagrante, por sua vez, deixou claro a existência de droga no local com finalidade de tráfico, assim como a existência de acessórios e munições ilegais.*

*[...]*

*Por ora, vige o princípio in dubio pro societate. Enquanto houver dúvidas, considero necessária a permanência do acusado Gilberto Adam Melo Oliveira no cárcere, mormente com o objetivo de resgatar, junto a comunidade, a sensação de segurança e evitar que a prática de delitos continue sendo realizada pelo flagranteado.*

*Assim, com tais fundamentos, CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva do flagranteado Gilberto Adam Melo Oliveira nos termos do art. 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal."*

Como se observa da decisão supratranscrita, o Magistrado de primeiro grau, referendado pela Corte de origem, decretou a prisão preventiva do Paciente com base em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Ressalte-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC 84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar **só pode ser implementada se devidamente fundamentada**, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do recurso, a soltura do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da medida, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Requisitem-se as informações do Juízo de primeira instância e do Tribunal de origem, mormente sobre o andamento do feito, bem como a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

